



## **A miséria da imagem: um estudo sobre a representação da exclusão social no Jornal Nacional.**

Rita de Cássia Aragão MATOS

Professora Adjunta do Depto. de Ciências Humanas da Uneb

[rivalta@uol.com.br](mailto:rivalta@uol.com.br)

*Resumo: Este estudo propôs-se a analisar as formas de representação da exclusão social no Jornal Nacional, da Rede Globo de TV. Procuramos compreender as operações discursivas operadas neste programa, analisando sua articulação com as formas ideológicas e as práticas sociais imersas na formação social brasileira. A pesquisa compreendeu a análise de seqüências discursivas de matérias veiculadas neste telejornal.*

Telejornalismo; Exclusão; Discurso

### **Introdução**

O campo da mídia pode ser definido como um sistema de linguagem específica que opera codificando o mundo e seus sujeitos a partir de regras, de gramáticas, de códigos, de ações comandadas por sujeitos organizados no interior de cada meio específico – a tv, o rádio, a internet, os meios impressos etc. Deste modo, a mídia representa ininterruptamente o mundo social – seus desejos e dores.

Existem especificidades entre os diversos meios de comunicação; ademais, existem particularidades entre os gêneros inscritos nestas mídias específicas, daí a necessidade de escolhermos, para efeito desta investigação, a tv como meio e o telejornalismo como gênero.

Percorremos um trajeto tendo como objetivo central analisar as trilhas da tv brasileira, caminhos e descaminhos que permitiram-lhe converter-se em um dos mais importantes campos de enunciação do país, tornando-se uma das mais importantes instituições brasileiras no processo de (re)construção social da realidade. Neste

processo, evidenciamos que a Rede Globo de TV tende a fazer transbordar as tensões entre o mundo do luxo e da exclusão. Seus paradoxos vão ganhando forma a partir da análise que procuramos tecer através do (tele)jornalismo. Ou seja, indicamos que embora o luxo seja, logicamente, o motor do discurso televisivo, é inegável a exibição da dor e do sofrimento humanos em seus interstícios.

Partimos do pressuposto de que embora compareça, seria necessário revolver em que nível um tema caro à lógica midiática, como a exclusão social, subordina-se a esta lógica. Para isto, problematizamos questões acerca das operações discursivas que o (tele)jornal lança mão para revolver a tragédia da pobreza brasileira e de que matrizes discursivas o campo da mídia, e em particular o (tele)jornal, se apropria para fazer representar esta questão.

Avançamos, pois, para uma explicação da abordagem metodológica desenvolvida. Nesse trajeto, o eixo de observação deslocou-se dos conteúdos para as estratégias mobilizadas pelo telejornal em seu modo específico de enunciação. Ou seja, procuramos o examinar o modo como a mídia, especificamente o JN, constrói a idéia de exclusão social existente no país. O corpus analisado compreendeu matérias sobre exclusão selecionadas a partir de edições diversas veiculadas entre os anos de 1999 e de 2000 e cujo “modo de dizer” permanece, ainda hoje, alguns anos depois, pouco alterado.

Por certo, entendemos que a (re)construção deste tema a partir das matérias selecionadas sustenta-se em lógicas distintas: de um lado, daquilo que se materializou no plano da realidade, nas interrelações entre homens e mulheres, espaços e tempos concretos, “reais”, definido por diversos autores como “acontecimentos” de outro, através da captura pelo telejornal destes entes, destes espaços e tempos formatados a partir de uma gramática própria, o que implica na (re)construção discursiva do referente, ou seja, no processo de mediação, de escolha.

Ao mesmo tempo em que pressupomos as particularidades do suporte e as condições históricas de sua enunciação, procuramos capturar as injunções do entorno social, as quais conformam o modo de dizer sobre o mundo e, a partir daí, formatar o olhar dos sujeitos sobre seu universo. Nesse percurso, lançamos mão da análise da organização das matérias no JN, a fim de observar as regras gerais de organização

discursiva; em seguida consideramos as vozes emergentes nas operações enunciativas deflagradas pelo JN. Entre outros aspectos, importava compreender as tensões, as alianças, os silenciamentos, as cooptações, seduções e aprisionamentos inscritos no cenário; as posições construídas discursivamente em que se colocam os personagens das matérias.

Finalmente, recorremos à noção de formação discursiva, considerando que, em cada voz, em cada discurso emerge a marca de outro discurso, distinto em suas fronteiras, embora marcado por uma matriz singular. As articulações estão latentes, pulsam em seus interstícios. Isto se fez evidente através da articulação entre programas distintos imersos no próprio sistema de tv, ou seja, podemos afirmar que os diversos programas televisivos, emissoras de tv, campos sociais distintos guardam entre si relações, reforçando-se e/ou tensionando-se, ou seja, sobretudo o discurso televisivo em geral e o dizer do JN em particular alimenta-se de outros campos matriciais plasmando-se da política, da religião, enfim, de matrizes discursivas brasileiras.

Finalmente, concluímos o trabalho procurando examinar os vínculos entre as operações enunciativas que permitem ao JN exibir a pobreza brasileira e os diversos campos sociais, ou seja, propomos que é através destes amálgamas que o JN convida o teleleitor a olhar para o mundo e para a miséria material humana.

### **Análise**

Lançar questões acerca das modalidades de poder, do modo como as formas de dominação são deflagradas, exercidas, disseminadas e condicionadas é, na atualidade, perguntar por seus pontos de intersecção e distanciamento do campo midiático, particularmente do discurso jornalístico. A partir desta observação, é possível depreender que a prática discursiva jornalística permite a institucionalização social de certos sentidos, remetendo ao que comunicadores supõem ser do conhecimento do público, pré-construídos, representações vigentes e do silenciamento de outros sentidos.

Com efeito, podemos observar dois movimentos na representação do excluído/exclusão na mídia de um modo geral. De um lado, orienta-se no sentido do estranhamento, quando emergem aspectos caricaturais, aproximando-se do grotesco.

Isto está explícito em programas que se tornaram emblemáticos em suas “gramáticas da exclusão”. De outro, há uma tentativa de familiarização daqueles que se encontram em situação de miséria. No jornalismo em geral e no Jornal Nacional em particular nomeia-se este sujeito e seu mundo a partir de elementos caros à lógica midiática, condicionada precipuamente pelo universo olímpiano.

Se podemos considerar a mídia um espelho onde a sociedade se olha, o JN apresenta um dos espelhos na forma de uma escala da exclusão. Deste modo, de um lado, a tv silencia a pobreza, de outro retoma-a sistematicamente nas fronteiras de seus textos, fazendo ver o real ou pelo menos seu reflexo, ainda que desfocado. Nas enunciações produzidas pelo JN, como não poderia deixar de ser, encontra-se uma ação conformada em duas modalidades: através do efeito de pré-construídos, isto é, daquilo que foi dito em outros lugares e tempos e na articulação dos enunciados entre si, ou seja, a partir daquilo que é dito no interior mesmo do sistema (o próprio telejornal, os programas da emissora e outros programas). O discurso, portanto, não surge no vazio, ao contrário, é referenciado seja em seu exterior – aquilo que se diz no cotidiano dos sujeitos, nas instituições sociais etc, seja no interior do próprio sistema midiático.

Logo, na origem de cada processo discursivo está uma determinada formação discursiva que lhe permite a existência sob certas condições. Através das marcas lingüísticas e implícitos pode-se identificar determinadas formações discursivas, aquilo que pode ser dito sobre algo ou alguém e o modo de dizê-lo. As formas de expressão são observadas no enunciado e não isoladamente. O enunciado é atravessado pelas posições dos sujeitos ou lugar de fala – o jornalista, a “autoridade”, o policial. Isto implica que, para uma proposta de análise fundada na AD toda instituição edifica-se na medida em que está subordinada a uma formação discursiva, a um modo dizer, a uma história, a um lugar ocupado pelo sujeito na sociedade. Tal subordinação e articulações diversas entre lugares/histórias dos sujeitos e suas falas nem sempre são explícitas posto que as margens que distinguem aquilo que pode e/ou deve ser dito por alguém são muitas vezes efêmeras. Daí porque para analisar o modo como funciona discursivamente uma dada instituição deve-se ultrapassar o universo estrito de onde produz o seu dizer e estabelecer um diálogo entre este dizer e o campo

de produção discursiva de outras instituições sociais, garantindo a existência dos campos específicos, bem como as semelhanças e diferenças entre modos de dizer, valores, ideais correspondentes ou antagônicos.

Ao tratarmos das operações discursivas no JN consideramos que, entre outras operações, subsiste o reforço mútuo alimentado entre emissoras, programas, enfim, emaranham-se fios tecidos por uma rede imbrincada, complexa, por vezes caótica. Nessa rede, as teias lançadas pela Globo e particularmente pelo JN ao dizer a miséria material humana converge para outras emissoras e programas. Ou seja, há um reforço mútuo nas formas de representação que ecoam das diversas emissoras, das personagens de telenovelas distintas, da fala dos mais diversos apresentadores. O dizer sobre a exclusão contorna ainda falas oriundas de enunciadores que encenam datas comemorativas e emblemáticas como o Natal, Dia Internacional da Criança dentre tantos outros dizeres imersos no corpo televisivo-midiático.

Por certo, tais convergências operam em direção à nominalização da exclusão no Brasil, resultando do encadeamento de sintagmas nominais, elementos pré-construídos os quais remetem a valores pretensamente inscritos na formação brasileira cujos sentidos se repetem em função dessas retomadas. Dizendo de outro modo: há um dizer já-dito e repetido pelo campo da mídia e outros campos sociais. Disto pode-se depreender que há, primeiramente, um processo de mobilização via interdiscursividade da memória ética partilhada por (tele)leitores e enunciadores do campo midiático em geral e do JN em particular no processo discursivo de produção de sentido para a exclusão. Há, ademais, a intertextualidade explícita, o que ocorre quando, por exemplo, o JN remete matérias sobre a exclusão a campanhas de solidariedade da própria emissora. A injunção de tal memória determina o que deve ser dito e silenciado. Nesse processo, o JN busca didatizar o mundo, seus sujeitos e relações, exercendo uma ação pedagógica sobre os (tele)leitores.

É interessante observar uma composição heterogênea de temas sobre a exclusão, a qual aparece em diversas edições do JN, ocupando lugar de destaque, embora dividindo este espaço com outras matérias. As temáticas mais recorrentes foram: o desemprego, as ações voluntárias, os meninos de rua, os sem-teto, a situação da saúde pública e as más condições de trabalho no campo.

Ao compor uma geografia da exclusão, as matérias exibem homens e mulheres em busca de emprego, à espera pelo atendimento nos hospitais, trabalhando na terra, invadindo prédios abandonados nas grandes cidades. Os espaços são variados: sertão que enfrenta a seca, periferias de grandes centros urbanos, portas de hospitais públicos. Há um tipo de repetição não apenas inerente à lógica da indústria cultural, a busca frenética por enunciar fatos presentes segundo o princípio da atualidade, da obsessão pela instantaneidade, terminando por assujeitar-se a formas discursivas caleidoscópicas, mas trata-se também de falas recorrentes recortadas do dizer de sujeitos, tanto excluídos como integrados.

A identificação do excluído obedece quase sempre a certa estabilidade. Possivelmente, o principal substrato das matérias analisadas seja muito mais informar sobre a situação de pobreza que avaliar tal situação.

As formas de enunciação fundamentam-se primeiramente no pressuposto de que o (tele)leitor conhece o assunto abordado. Também didaticamente os enunciados identificam espaços, tempos, e sujeitos, caracterizando a situação de pobreza. Configuram-se situações mostrando sujeitos excluídos, identificando-os mostrando o que fazem, o que pensam, sobre que sonham.

Não raro, os enunciados configuram a exclusão a partir de determinações naturais: seca, inundações, deslizamentos de terra. Enfatizam ainda tragédias pessoais resultantes de acidentes de trabalho, deficiência física. Mostram os limites impostos a trabalhadores sem qualificação.

Ao mesmo tempo, em vários momentos, o Jornal Nacional processa uma espécie de “espetacularização” do real, quando elementos da dramaturgia são inseridos na sua enunciação. Através deste mecanismo o JN demonstra que o excluído também realiza sonhos aparentemente impossíveis como a lavadeira que encontra o ídolo Roberto Carlos, as meninas que cantam divinamente em meio à seca, o explorador de minas subterrâneas que desafia a morte e descobre uma imensa esmeralda. Assim, como não poderia deixar de ser, evidencia-se a presença do universo olímpico contornando todo o tempo o mundo da exclusão.

Estas formas demonstram que embora o Jornal Nacional reforce a idéia de que mantém o ideal de um jornalismo “racional”, há, todo o tempo, marcas da

subjetivação flagrantes em matérias diversas, convergindo para uma operação de domesticação da exclusão. Observa-se nesse processo que, apesar da marca da “testemunhalidade”, do dizer declarativo, são assumidas asserções e escolhas de enunciadores e situações. Com isso, se, de um lado, vozes legítimas se pronunciam – especialistas no campo da saúde, economistas, representantes da sociedade civil - há vozes ditas no interior do telejornal como de apresentadores e repórteres que predizem, explicam, comparam e mesmo tomam posição. Portanto, além de um dizer declarativo, o JN assume, em algumas situações, um dizer opinativo, implicando no fato de que, além de um conjunto de enunciados onde precisa a ocorrência de fatos, localização do tempo e espaços, apresenta uma dimensão predicativa. O dispositivo de enunciação aponta para a temporalidade e avaliação, para uma expectativa em relação ao governo, instituições e sujeitos envolvidos com a questão. Há clara intervenção sobre os (tele)leitores na medida em que estes são exortados a seguir, interferir, emocionar-se.

Constrangimentos como a edição, o corte, a montagem, ao mesmo tempo em que apontam para a subordinação das falas à gramática televisiva e interesses específicos apontam também para o fato de que são muitos os modos como a temática é tratada semanticamente. O JN reforça seu poder de discurso na medida em que menos que especular sobre as causas da exclusão e suas conseqüências, todo o tempo remete a situações de outros países, associa exclusão a despreparo profissional, joga enfim com determinações distintas sobretudo através da fala de seus profissionais.

Interessante ainda observar um outro recurso para orientar a leitura: em diversos momentos a exclusão é exposta como um mal em si, independentemente das ações dos sujeitos e dos processos sociais. As ações dos sujeitos são substantivadas. A exclusão aparece como um ente autônomo, independente dos atores sociais, como entidade a-histórica, sem passado; apenas é ofertado o presente dos miseráveis. Além disso, faz-se com que seres inanimados ajam como pessoas. Aplicado à exclusão, o discurso construído concede-lhe vida própria, impossibilitando sua percepção como parte de um processo social. Apaga-se sua subordinação à dinâmica social. Observa-se aí uma visão redutora e conservadora do mundo, bem como o reforço ao maniqueísmo .

São privilegiados vários núcleos semânticos. Nesse aspecto, percebemos que tal tratamento poucas vezes articula as vozes de setores políticos. Privilegia-se uma outra abordagem onde são relacionadas ações assistencialistas de entidades religiosas, de certa vertente do movimento sindical e ações de indivíduos isolados ou organizados em torno de entidades filantrópicas como as saídas mais prováveis da exclusão.

Ao mesmo tempo, uma das estratégias enunciativas mais freqüentes utilizadas para reunir o ponto de vista dos principais enunciadores do JN, os apresentadores, e a esfera da recepção articula-se em torno da identificação de um sujeito coletivo, um “nós” inclusivo, cujos operadores de identificação aparecem em expressões como “são brasileiros como nós...”. A posição discursiva de onde este “nós” enuncia coincide com a posição do sujeito leitor. Trata-se de um nós que intenta abarcar o universo proposto pelo jornal junto aos leitores, estabelecendo assim um simulacro de diálogo, uma cumplicidade entre estas instâncias.

Tais operações se fazem através de operadores de identidade e suas alteridades. Os (tele)leitores são identificados como bons, cristãos, solidários. Diversas categorias profissionais e suas ações são revisitadas nas matérias para sustentar tais preleções. Empresários solidários que participam de campanhas e maus empresários, egoístas e avarentos; marginais que não trabalham e se lançam nas sombras do crime e trabalhadores, “gente simples”, mas honesta etc.

Estes operadores atribuem papéis e lugares aos sujeitos. Formam um todo ao redor de uma coerência de sentido para o mundo e também para seus paradoxos sociais. Assim, embora este processo permita tensões, conflitos, o movimento parafrástico formata todo o tempo os sentidos hegemônicos.

Em meio a tais tensões, observa-se que no JN atuam distintas maneiras de construção enunciativa. De um lado, o JN procura exhibir o modo como os sujeitos aproximam-se e distanciam-se do fenômeno da exclusão e suas formas de representação. De outro, conduz a enunciação de modo a permitir que os diversos enunciadores manifestem suas posições. Finalmente, observa-se a tomada explícita de posição do JN através da fala de seus protagonistas, os apresentadores, que atuam sobretudo orientando as ações coletivas. Neste processo, em diversos momentos o



apresentador assume uma voz organizadora, conselheira, intervindo na regulação do social. Ao mesmo tempo, o JN converte-se em lugar de julgamento, a exemplo das críticas feitas aos cartórios que cobram por certidões de nascimento de pessoas que não podem pagar, ou a denúncia de pais que abandonam os filhos.

Além da repetição de falas prescritivas, enunciadas sobretudo por apresentadores, há reiteração de enunciadores ligados a determinadas instâncias sociais, os quais sinalizam os modos como determinados segmentos devem portar-se diante da pobreza. Assim, a voz emergente da força sindical aparece quando devem falar trabalhadores organizados. A Pastoral Católica aparece como entidade modelo para, eficazmente, promover ações solidárias. Nesse, sentido, é interessante considerar que embora muitas vezes tenhamos a diversidade de vozes, mesmo quando deixa falar a “diferença”, freqüentemente trata-se de um discurso que reforça o mesmo. Ou seja, para homogeneizar as vozes, uma das estratégias recorrentes é a operação em que diversas posições passam a se enquadrar sob a convergência de opiniões. Por exemplo, ao tratar da unanimidade acerca da exclusão, são unânimes em sua indignação tanto o sindicalista, como o empresário, ou os ativistas da Pastoral Católica; porém suas posições sociais, na qualidade das diferentes arenas sociais não são confrontadas. Não por acaso, empresários e trabalhadores coincidem em suas posições e, portanto, naquilo que dizem.

As palavras professadas por voluntários são retomadas e funcionam como código moral. Indicam ao (tele)leitor como este deve agir diante da miséria material humana. Com isso, o JN reforça a competência para indicar modelos de conduta e saídas para a exclusão, enquadrando vozes e instituições.

Faz-se mister observar ainda a notoriedade da organização das matérias sob o privilégio da dimensão da vida privada em detrimento da esfera pública. Há um enquadramento que as leva a nova homogeneização na medida em que as saídas apontadas passam muito mais por ações individuais solidárias do que por ações que atuam na arena política. A conduta dos (tele)leitores, mais uma vez, é orientada na medida em que em diversas matérias os sujeitos excluídos são apresentados como indefesos, sendo necessária sua proteção. O lugar em que os leitores são colocados inscrevem-nos no espaço da proteção. Retorno da condolência cristã ou da má

consciência. Ao mesmo tempo, o excluído é também posto como um sujeito cheio de esperança, de fé, de confiança e mesmo de alegria. O limite desta abordagem precipita-se em matérias que destacam valores significativos obtidos por ambulantes e catadores de lata. Estes são, em todas as matérias observadas, otimistas em relação ao futuro ou até mesmo exprimem grande satisfação por faturar mais com a coleta de lixo do que com um suposto salário fixo, como está explícito em mais de uma matéria analisada.

Por outro lado, indivíduos considerados transgressores, marginais são excluídos dessa forma de tratamento e postos como agentes de uma outra natureza. Não por acaso, chama a atenção a ambigüidade da posição do JN em certos momentos, conquanto não se trata mais da problemática da exclusão mas da distinção entre excluídos e “arruaceiros”, “marginais”. Trata-se, pois, de um tipo de discurso moralizador distintivo em que o elemento repressivo é exaltado, a ordem social é reforçada. Ao tratar do que classificamos como “excluídos maus” o JN instaura a evidência supostamente partilhada por todos de que a violência dos subversivos emerge como forma gratuita de ação. Apaga-se a dimensão política dos atos violentos, do crime. Desvincula-se tais atos que expõem as contradições das desigualdades sociais para resignificá-los na pura barbárie. Com efeito, o programa da TV Bandeirantes, Brasil Urgente, ancorado por Luis Datena é um exemplo clássico deste tipo de enquadramento destes sujeitos

A utilização de denominações características da formação discursiva brasileira leva a resignificar o entendimento de que para o sujeito da enunciação há, evidentemente, males da exclusão mas há, ao mesmo tempo, uma clara diferença entre marginalizados e marginais e esta deve ser posta à mesa. Colocada nestes termos, a posição do JN silencia uma das faces mais sombrias resultantes da miséria: a saída violência, o crime. Deflagra-se aí um mecanismo de silenciamento. As razões do crime são recalcadas. Ao contrário disso, quando se trata de “excluídos pacíficos” a voz dos cidadãos incluídos, das ONGs, da Igreja indicam o lugar da responsabilidade, do cuidado.

Se a violência dos “marginais” frente à sociedade que os exclui é deslocada para a barbárie, a violência entre os próprios pares da exclusão é, também ela,

reprimida, na medida em que o discurso mostrado relata, em diversos momentos, a sobeja solidariedade entre os pares da exclusão. Recalca-se a guerra silenciosa ou mesmo explosiva travada entre os sujeitos que se encontram em tal posição. Um exemplo bastante emblemático é a matéria que mostra a chegada de ambulantes nordestinos em praias cariocas e a receptividade calorosa dos fluminenses, quiçá moradores do morro.

Indissociável destas construções é o reforço ao controle institucional, a relação autoritária através das operações discursivas que insistem no enquadramento dos indivíduos, condicionando-os a uma atitude ora de passividade e desmobilização, ora de aceitação da sua situação estrutural e da busca de saídas individuais, não raro permeadas pela fé religiosa. Possivelmente, o limite de tal postura está explícito na matéria que mostra o incêndio na favela quando, após ver seu barraco incendiado, uma mulher grita desesperada mas a matéria finaliza com uma imagem em close de uma outra senhora que, com uma criança nos braços, a regozijar-se por, ao menos, estar viva e poder continuar a ter esperança de construir tudo de novo.

Enfim, daquilo que observamos, os textos do JN realizam um trabalho político no sentido de orientar o indivíduo em direção ao equilíbrio social, contribuindo para encobrir contradições sociais, sustentando desse modo relações de força entre grupos sociais distintos.

Depreendemos a partir deste olhar que o discurso do JN sobre a exclusão não só se constitui em um modo de representá-la mas sua ação é mais eficaz, na medida em que aponta para modos de ação, orienta o olhar e indica caminhos a serem seguidos pelo campo da recepção.

Nesse processo, observamos que as falas são organizadas em torno de núcleos semânticos como justiça social, altruísmo, solidariedade, fé e esperança, trabalho. Com efeito, do material investigado, o tema mais recorrente foi o da solidariedade. Este funcionamento discursivo remete a uma questão política fundamental: o que é o Estado e como os despossuídos a constroem discursivamente. Do que observamos, concluímos por ora haver a emergência de um silenciamento das implicações políticas, históricas sobre a exclusão social no JN na medida em que o campo político está, em boa medida, ausente das discussões. Este vazio discursivo é preenchido pelas

organizações civis, indivíduos, Igreja Católica. Caucionando tal lógica, emerge no Jornal Nacional, por diversas vezes, a idéia de que uma tênue fronteira pode separar os sujeitos considerados incluídos. Assim, uma senhora que ganha R\$ 200,00 é solidária, o pedreiro ajuda a creche, empresários dão aulas para crianças carentes. Por outro lado, uma mãe abandona seus filhos em um barraco, de modo desumano.

Evidencia-se que a lógica subsistente na estrutura enunciativa das matérias sobre exclusão reforça um caráter, uma natureza humana, independentemente da situação material, concreta dos sujeitos. Reforça, ademais, o bem-estar privado, a saída individual, o que fragiliza o sentido coletivo de mudanças sociais.

Com isso, ao fracasso social e dramática exclusão, o JN responde através de estratégias próprias da lógica midiática: explora o *fait diver*, o exótico e, mesmo, coerentemente, responde com indignação. Ao mesmo tempo, aponta para saídas viáveis e pacíficas. Nessa operação, os caminhos mostrados raras vezes são políticos isto é, realizados através de instituições sociais que deveriam cumprir este papel, o que implica não serem as vozes indignadas com a situação de exclusão originárias de formações discursivas que tenderiam a se contrapor ao poder dominante. Não há aí proposta política ou intenção de mudança estrutural da situação de exclusão.

Este movimento parece revelar uma posição ambígua dos sujeitos inscritos nas vozes expostas, pois ao mesmo tempo em que aponta para uma postura de indignação diante da fome, indica o caminho da conciliação, da permanência, do silenciamento das origens de tal situação e, com isso, isenta os principais núcleos de poder, protagonistas da situação de desigualdade. Daí não haver a possibilidade de emergência de uma formação discursiva do discurso político, cujos fundamentos exigem um posicionamento em torno de elementos como partidos políticos, propostas políticas alternativas, memória histórica. Tal exigência tende a implodir representações em torno da exclusão social dispersas e ao mesmo tempo explicitamente configuradas no interior do JN, sustentando-se assim o imaginário do sujeito integrado, o abrandamento das tensões sociais, a força do discurso religioso e individualista em lugar do político.

Ao retomar elementos conciliatórios da formação discursiva brasileira, o JN reforça o ideário de brasilidade construído à sombra da história nacional feita de

sangue e extermínio. A identidade brasileira cordial, dócil é o resultado do processo ideológico da tomada de posição sob o consentimento. Ao representar a exclusão social, indicando o modo como esta deve ser olhada, o JN faz coincidir os (tele)leitores implícitos com aqueles que pretende posicionar diante da pobreza. Excluídos são identificados através de operações discursivas com entidades inscritas na Formação Discursiva Brasileira. Estas marcas constituem-se em posições da formação ocidental cristã, familiares ao sujeito leitor. Nessas operações institui-se um efeito de memória do discurso já constituído sobre a exclusão social que valida/consolida um tipo de imaginário instituído pela memória discursiva e revisitado pelo JN.

### **Conclusões**

Se, em princípio, estima-se que para definir o termo exclusão seria necessário incluí-lo na ordem do político, pensá-lo como um problema central a ser discutido por entes públicos, no âmbito político-partidário, partindo-se de uma leitura da realidade nacional, quando objetivado um sistema tanto social como econômico explicitar-se-iam propostas alternativas e discutir-se-iam práticas políticas históricas e atuais, observamos que a formação discursiva política permanece em boa medida silenciada no interior do Jornal Nacional . A eficiência deste silenciamento se consuma na medida em que ocorre um processo de fechamento das fronteiras em torno de uma formação discursiva a qual circunscreve o dizer dos brasileiros, impedindo a circulação de outros enunciados, fragilizando a possibilidade de um sentido outro. Nesse processo, ressurgem fragmentos do ritual já instalado , da ideologia resignificada. Ou seja, o JN apóia-se em fragmentos de dizeres já-ditos para instalar o novo – a exclusão social na atualidade. Com isso, reitera a existência da exclusão mas despedaça sua gênese e, sobretudo, silencia e/ou fragiliza sua relação com a arena política.

O Jornal Nacional apresenta-se, pois, como dispositivo construtor de novas possibilidades de interação do sujeito com a realidade, convertendo-se em instância capaz de fazer operar a noção de que o excluído não é um indivíduo marginalizado, segregado, desumanizado. Ao contrário, seu discurso age no sentido de

desmarginalizar, humanizar, dignificar e mesmo felicitar os excluídos pela sua bravura, esperança e vitória cotidiana.

A mídia converte-se não apenas em um dispositivo que assegura a prova da testemunhalidade do real, mas constrói a noção deste real e seus desdobramentos. Aos excluídos, permite-se que ocupem espaços de enunciação no JN, mas, ainda aí, estão submetidos primeiramente aos contratos de leitura do jornal, o que implica que terminam por subordinar suas falas a formas próprias da tv a partir de uma gramática e, mais importante que isso, têm suas falas enquadradas em uma certa perspectiva do modo de representar a exclusão e do modo como esta deve ser revolvida, resolvida e/ou amenizada. Como consequência disso, no JN o gesto interpretativo fundamental é orientado sobretudo pela formação discursiva cristã, além do discurso liberalizante. A narrativa imersa sobre os excluídos captura e organiza a trajetória dos sentidos retirando-lhe equívocos e lutas. Reforça-se o espírito de conciliação, os valores do bom senso. Observa-se que os principais enunciadores do JN fazem coincidir tais valores e enunciados com o campo da recepção.

Podemos extrair destas observações que o gesto de leitura do telespectador do JN é todo o tempo marcado pela ausência do Estado e o reforço de atitudes voluntaristas e saídas individuais.

O Eu enunciador do telejornal e o Tu enunciatário do sujeito receptor são concomitantes no nível temporal e ambos compartilham um pacto comunicativo implícito que se pode realizar na medida em que o telejornal aparece sob a modalidade de um fazer crer correspondente a um querer crer do espectador (10). É instituída uma cumplicidade com o público. Sem embargo, a cumplicidade partilha um saber comum a profissionais de comunicação e público. Trata-se, aqui, de sentidos supostamente universais cujos recursos aparecem sobretudo com a utilização do verbo na primeira pessoa do plural. Trata-se também de um saber evocado sobre algo específico, referindo-se à noção de um pré-construído. Quanto a isso, consideramos aqui que tanto a imprensa quanto o universo da recepção se situam no campo do Mesmo, ou seja, da afirmação da memória de uma Moral fundada na propriedade e cristandade .

Ao recusar a degradação da exclusão, o JN acena para a dignidade do pobre e aponta para a possibilidade de um devir sempre melhor. O jogo discursivo precipita-se para recalcar a miséria. Precipita-se o paradoxo de, ao longo do processo, se ter recusado o tema exclusão e ter que admiti-lo. O real construído que podemos extrair da construção discursiva sobre a exclusão inclina-se em direção à ostentação da resistência, da vitória daqueles que insistem em continuar, seja cantando na aridez da seca, seja ganhando a vida a vender latinhas nos grandes centros, seja resistindo ao sol na fila do desemprego mas sempre carregando a esperança através da carta de apresentação. Triunfo da vida.

A exclusão é, para o JN, o sentido dito em certos momentos para ser silenciado. A brasilidade, na forma de seus diferentes mitos evocados pela imprensa, higieniza a discussão ideológica ao incorporar um fechamento de sentidos. A contradição do sujeito excluído, expressa nas matérias analisadas, aponta para a submissão a representações fundadas ao ideário de brasilidade clássico.

Isto nos leva a pensar no movimento que, necessariamente, a maioria dos (tele)leitores deverá realizar para resgatar, a partir de implícitos, a memória discursiva, os valores concernentes à formação discursiva brasileira, ponto de partida e de chegada para compreendermos a mídia e os processos implicados em sua leitura.

### **Bibliografia.**

- BAUDRILLARD Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa. Edições 70, 1987.
- BERGER, P. e LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1983.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, RJ, Contraponto, 1997.
- FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido. *Revista Textos*, Fase 2, n. 27, 1992. p. 58-80.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969.
- FRIGERIO A. La contrucción de problemas sociales: cultura, política y medios de comunicación. In: *Comunicação e Política*, v.4, n.2, p.137-149.

- LIMA, V.A. televisão e a política in: *Revista de Comunicação e Política*, abr-jun, 1990.
- MARCUSE, H. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARIANI, B. *O partido comunista e a imprensa*, Campinas/São Paulo, Ed. Revan/Ed. da Unicamp, 2000.
- MATOS, Rita de Cássia Aragão. A orgia dos objetos, um estudo sobre publicidade, tv e “excluídos” *Dissertação de Mestrado* . Programa de Pós-Graduação da Facom/UFBa, 1995.
- MICELI, Sérgio. *A noite da madrinha*, SP, Perspectiva 1982
- MOUILLAUD, Maurice. (orgs.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997.
- ORLANDI, E. *Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, Petrópolis, Vozes, 1998.
- ORLANDI, Eni, *O discurso fundador*, Campinas, Editora Pontes, 1993.
- ROCHA, E. *A sociedade do sonho*, RJ, Mauad, 1995.
- RUBIM, Antonio Albino C. (org.) *Idade Mídia*. Salvador, Edufba, 1995.
- RUBIM, A A C. *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1999, p.135.
- SODRÉ, Muniz *A comunicação do grotesco*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CHARTIER, R. *A história cultural, entre práticas e representações*. RJ, Bertrand Brasil, 1990
- TILBURG, João. *Televisão e o mundo do trabalho*, SP, Paulinas, 1990.
- VILCHES, L. *La manipulación de la información televisiva*. Barcelona, Paidós, 1995.